

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Departamento de Estudos e Processos Biblioteconômicos
Curso de Graduação em Biblioteconomia

JAQUELINE SALLES PASSOS

ESTUDO DE SATISFAÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE DOS USUÁRIOS
DEFICIENTES VISUAIS NA BIBLIOTECA PARQUE ESTADUAL

Rio de Janeiro
2016

JAQUELINE SALLES PASSOS

ESTUDO DE SATISFAÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE DOS USUÁRIOS
DEFICIENTES VISUAIS NA BIBLIOTECA PARQUE ESTADUAL

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Escola de Biblioteconomia da
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como
requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel
em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo da Silva Alentejo

Rio de Janeiro

2016

P 289 e

Passos, Jaqueline Salles, 1963–

Estudo de satisfação sobre acessibilidade dos usuários deficientes visuais na Biblioteca Parque Estadual / Jaqueline Salles Passos. – Rio de Janeiro, RJ, 2016.

80 pg. 29 cm.

-
.

Inclui apêndice

Orientador: Eduardo da Silva Alentejo

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Inclui bibliografia.

1. Biblioteconomia. 2. Deficiência Visual. I. II. Título.

CDD 025.5

JAQUELINE SALLES PASSOS

**ESTUDO DE SATISFAÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE DOS USUÁRIOS
DEFICIENTES VISUAIS NA BIBLIOTECA PARQUE ESTADUAL**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Escola de Biblioteconomia da
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como
requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel
em Biblioteconomia.

Aprovado em: _____ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Alentejo (Orientador)

Prof. Dra Bruna Silva do Nascimento (Avaliadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof Dra. Geni Chaves Fernandes (Avaliadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Dedico este trabalho a minha mãe que aos oitenta anos de idade ainda tem toda paciência do mundo com esta filha.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a esta universidade, seu corpo docente, direção, administração e as demais pessoas que aqui trabalham por esse período de vida em que me senti produtiva e apoiada.

Ao meu orientador professor Eduardo Alentejo, por me elucidar sempre de maneira respeitosa e com grande compreensão das dificuldades e limitações que temos como estudante e como pessoa, devo dizer que não foi apenas apoio acadêmico, mas emocional em um período particularmente conturbado de minha vida.

Agradeço aos colegas que estiveram presentes durante minha formação pela ajuda e companheirismo e a todos que direta ou indiretamente fizeram parte desse período importantíssimo para mim, principalmente à minha família.

Devemos ficar atentos em relação aos nossos conceitos, preconceitos, gestos, atitudes e posturas com abertura e disposição para rever as práticas convencionais, conhecer, reconhecer e aceitar as diferenças como desafios positivos e expressão natural das potencialidades humanas.

(SÁ, Elizabet Dias de, 2007)

RESUMO

Estuda a satisfação acerca da acessibilidade dos usuários deficientes visuais na Biblioteca Parque Estadual (BPE). Avalia o grau de satisfação que os usuários deficientes visuais percebem na utilização da BPE. Discorre sobre os recursos da Tecnologia Assistiva para fins de atendimento ao deficiente visual. Inclui análise sobre a qualidade do atendimento dos bibliotecários para com esse usuário da biblioteca. Tem por material de pesquisa as bases de dados SciELO e BRAPCI, o catálogo da própria BPE e da Biblioteca Central da UNIRIO. Coleta dados in loco via questionário com escala Likert. Para tanto, foram necessárias inúmeras visitas às dependências da Biblioteca que possibilitaram análises para esclarecer como os deficientes visuais, usuários, são assistidos. A análise e interpretação dos resultados apontaram para um alto índice de satisfação desses usuários da BPE com as condições de atendimento tanto tecnológico como humano. Tal fato indica que é possível passar do discurso apenas, para a prática de modelos inclusivos.

Palavras-Chave: Biblioteca Inclusiva. Biblioteca Pública. Deficiente Visual. Tecnologia Assistiva.

ABSTRACT

satisfaction study about the accessibility of visually impaired users in the Library Biblioteca Parque Estadual (BPE). Assesses the level of satisfaction of the visually impaired users have when they use the BPE. Talks about the features of Assistive Technology for the purpose of serving the visually impaired. It includes analysis of the staff's quality service with the library users. The research material includes the databases SciELO and BRAPCI, BPE's own catalog and UNIRIO Central Library. Collects data in situ via questionnaire with Likert scale. Therefore, it took several visits to the premises of the Library that enabled analysis to clarify how the visually impaired users are assisted. The analysis and interpretation of the results pointed to a high level of satisfaction of these BPE users with the conditions of both technological and human service. This fact indicates that it is possible to pass from speech only, to the practice of inclusive models.

Keywords: Inclusive Library. Public Library. Deficient Visual. Assistive Technology.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Grau de satisfação com a acessibilidade para chegar até a biblioteca	40
Gráfico 2 -	Grau de satisfação em transitar pela BPE.....	41
Gráfico 3 -	Grau de satisfação com o tempo de espera para ser atendido.....	42
Gráfico 4 -	Grau de satisfação com o nível de ruído.....	43
Gráfico 5 -	Grau de satisfação com a acessibilidade para chegar até a biblioteca	47
Gráfico 6 -	Grau de satisfação com o tempo de espera para ser atendido.....	48
Gráfico 7 -	Grau de satisfação com a habilidade do bibliotecário com a tecnologia especializada.....	49
Gráfico 8 -	Grau de satisfação com as orientações dadas pelos bibliotecários.....	50
Gráfico 9 -	Grau de satisfação com o nível de ruído.....	51
Gráfico 10 -	Grau de satisfação com as tecnologias de acesso à informação.....	52
Gráfico 11 -	Grau de satisfação com a BPE de forma geral.....	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Quantidade de respondentes para cada conceito em cada questão – (Pré-teste).....	38
Tabela 2 -	Porcentagem de respondentes para cada questão - (Pré-teste).....	38
Tabela 3 -	Respostas (conceitos de 1 a 5) de cada usuário - (Pré-teste).....	39
Tabela 4 -	Quantidade de respondentes para cada conceito em cada questão e Porcentagem de escolha para cada conceito - (Questionário).....	45
Tabela 5 -	Porcentagem de respondentes para cada questão - (Questionário).....	45
Tabela 6 -	Respostas de cada usuário. - (Questionário).....	46

LISTA DE SIGLAS

BPE	Biblioteca Parque Estadual
BRAPCI	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CIETEC	Centro Incubador de Empresas Tecnológicas
IBC	Instituto Benjamin Constant
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
ISO	Organização Internacional para Padronização
LiDA	Livro Digital Acessível
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
ONU	Organização das Nações Unidas
OCR	Optical Character Recognition
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SNPD	Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência
TA	Tecnologia Assistiva
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	Justificativa.....	15
1.2	Objetivo.....	16
1.2.1	Objetivo geral.....	16
1.2.2	Objetivo específico.....	16
2	MATERIAL E MÉTODO.....	17
3	A BIBLIOTECA PARQUE ESTADUAL.....	19
4	INCLUSÃO E ASPECTOS HISTÓRICOS.....	20
5	O DEFICIENTE VISUAL.....	24
5.1	Inclusão e acordos internacionais.....	27
5.2	Inclusão para legislação brasileira.....	28
5.3	O deficiente visual e disponibilização da informação.....	30
5.4	O deficiente visual como usuário da BPE.....	34
6	ANALISE DOS DADOS DO PRÉ-TESTE.....	37
7	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	44
7.1	Resultado do questionário.....	45
7.2	Discussão dos resultados.....	54
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
	REFERÊNCIAS.....	58
	APÊNDICE.....	61

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso estuda a satisfação de usuários deficientes visuais quanto à acessibilidade na Biblioteca Parque Estadual (BPE).

A BPE é a matriz da rede de Bibliotecas Parque que o Governo do Estado do Rio de Janeiro está implantando da qual também fazem parte a Biblioteca Parque de Manguinhos, a Biblioteca Pública de Niterói e a Biblioteca Parque da Rocinha.

A BPE disponibiliza materiais especializados e tecnologia assistiva através de *software* com sintetizadores de voz que possibilitam a leitura imediata. A BPE visa assegurar ao deficiente visual acessibilidade e inclusão. As necessidades específicas são decorrentes da deficiência sensorial, o que nos permite questionar sobre o nível de satisfação quanto à utilização da BPE.

Como bem lembra Maciel (1993, p. 32) os recursos que a biblioteca dispõe são recursos humanos, materiais e as instalações físicas. Portanto, este trabalho visa responder: qual é o grau de satisfação de usuários com deficiência visual em relação aos recursos da BPE?

Para tanto, foram avaliados facilidades e recursos pelos próprios usuários. O que derivou dados sobre satisfação com a BPE que foram analisados estatisticamente através da utilização da Escala de Likert em que o número 1 representa o máximo possível de discordância e o número 5 representa o máximo possível de concordância.

Tal escala não comparativa recebeu esse nome em homenagem a Rensis Likert que foi seu criador em 1932, ela tem sido utilizada para avaliar produtos e serviços. Essa escala foi escolhida porque parte-se do pressuposto de que um alto grau com a satisfação reflete um sentido de inclusão para usuários com estas necessidades específicas.

O pré-teste foi realizado a fim de coletar dados de uma amostra de quatro usuários que em função de sua deficiência sensorial se qualificaram como respondentes, independente de sexo, grau de escolaridade, idade ou em qual região residem; houve apenas o cuidado com o critério de que somente assíduos frequentadores seriam entrevistados; entendemos como assíduo frequentador aquele que vai à biblioteca ao menos uma vez por semana.

Com a validação do pré-teste, o questionário definitivo foi realizado para coletar dados de uma amostra de doze usuários que também se qualificaram como respondentes em função de sua deficiência visual.

A BPE em seu cadastro de usuários não distingue quais deles são deficientes visuais, todos os usuários têm o mesmo tipo de registro na biblioteca, portanto não há uma estimativa

por parte da instituição que nos indique em números reais qual a quantidade de pessoas com deficiência visual que tenham se cadastrado e que frequentem a Biblioteca.

Somente no dia a dia, entrando em contato direto com esses usuários é possível para o corpo de bibliotecários ter uma ideia de quantos são seus leitores assíduos, lembramos que esses números são flutuantes no decorrer do ano.

Há um conjunto de ações e de políticas públicas, que têm impulsionado o processo de inclusão das pessoas com deficiência visual que historicamente sempre estiveram à margem da sociedade.

Sabemos através da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), que o censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, apurou que o número de deficientes visuais na cidade do Rio de Janeiro é de 1.226.714 pessoas que correspondem a 19,4% do total da população.

É oportuno esclarecer que de acordo com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República o termo “deficiente visual” refere-se à pessoa que não possui a capacidade física de enxergar por total falta de acuidade visual, sendo também corretos os termos: cego, pessoa cega ou pessoa com deficiência visual.

Segundo Romeu Kasumi Sasaki (2005, não paginado):

[...] a tendência é no sentido de parar de dizer ou escrever a palavra "portadora" (como substantivo e como adjetivo). A condição de ter uma deficiência faz parte da pessoa e esta pessoa não porta sua deficiência. Ela tem uma deficiência. Tanto o verbo "portar" como o substantivo ou o adjetivo "portadora" não se aplicam a uma condição inata ou adquirida que faz parte da pessoa. Por exemplo, não dizemos e nem escrevemos que uma certa pessoa é portadora de olhos verdes ou pele morena.

Podemos observar que essa tendência de aos poucos deixarmos de dizer “portador” está se verificando.

Por fim, este trabalho está estruturado da seguinte forma: introdução composta de tema, contextualização, método, objetivo e justificativa. Na seção dois, o leitor vai encontrar o material utilizado para pesquisa, bem como os procedimentos metodológicos. Na seção seguinte, contextualiza-se a BPE. No capítulo quatro, fez-se necessário explicitar sobre inclusão e seu contexto histórico. A seguir, explica-se o que se entende por deficiente visual e seu direito e aspectos de disponibilização da informação. Ao final, os resultados são apresentados em formato de gráfico com tratamento estatístico, e são discutidos à luz dos objetivos da pesquisa, seguido da conclusão do estudo.

1.1 Justificativa

A escolha por entender qual o grau de satisfação que os usuários com deficiência visual têm ao utilizarem os serviços da BPE se dá por considerar o tema da inclusão social e informacional dos deficientes um assunto próprio da atualidade, pois em âmbito mundial observa-se uma crescente movimentação em prol das iniciativas includentes.

De acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, 16,6 milhões de brasileiros eram portadores de algum tipo de deficiência visual e 150 mil eram completamente cegos. Em 2003, apenas 25 mil estudavam sendo que em 2009 esse número triplicou.

Considerou-se a importância de se destacar a biblioteca como uma instituição em que há a necessidade de grande atenção para a acessibilidade, tanto que o Artigo 53 da Lei nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, estabelece que:

As bibliotecas [...] disporão de espaços reservados para pessoa que utilize cadeiras de rodas e de lugares específicos para pessoa portadora de deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com as normas técnicas de ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação (BRASIL, 1999).

Foram consideradas também as diretrizes da IFLA para o projeto de biblioteca pública que visa garantir acesso fácil para todos, especialmente para aqueles usuários com barreiras físicas ou sensoriais.

1.2 Objetivo

O objetivo deste trabalho é avaliar o grau de satisfação de usuários deficientes visuais da BPE em relação à acessibilidade.

1.2.1 Objetivo geral

Por intermédio da revisão de literatura, analisam-se questões inerentes aos deficientes visuais, incluindo aquelas relativas ao direito e à disponibilização da informação, como é o caso do acesso de usuários na BPE.

1.2.2 Objetivo específico

Objetiva-se avaliar o grau de satisfação que os usuários deficientes visuais têm com certas facilidades e recursos da BPE.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi elaborado como um estudo exploratório através de revisão de literatura, pesquisas estatísticas e aplicação de formulário, com utilização da Escala de Likert aos usuários portadores de deficiência visual. Foi utilizado como instrumento, formulário de entrevista para a coleta de dados primários de maneira a identificar a opinião dos respondentes, isto aconteceu durante os meses de abril, maio e junho de 2016.

Somente entrando em contato direto com esses usuários foi possível para as bibliotecárias saberem de quantos são seus leitores. Como não há, por parte da instituição, o critério de fazer um levantamento estatístico sobre os usuários deficientes, as bibliotecárias do setor estão começando agora a registrar informações sobre a frequência deles.

A BPE, em seu cadastro de usuários, não distingue quais deles são deficientes visuais, todos os usuários têm o mesmo tipo de registro na biblioteca, portanto, não há uma estimativa por parte da instituição que nos indique em números reais qual a quantidade de pessoas com deficiência visual que tenham se cadastrado e que frequentem a Biblioteca.

Houve uma fase que podemos chamar de adaptação com cada respondente já que a sua própria condição de cego nos leva a ter maiores cuidados, não por excesso de zelo, mas por respeito a seus temores em se aproximar de alguém desconhecido.

Logo, houve uma primeira abordagem pelas funcionárias do setor para promoverem a aproximação entre pesquisadora e respondentes, inclusive a aplicação do questionário foi realizada em presença de pelo menos uma funcionária o que aconteceu sempre no período da tarde.

Vale salientar que não apenas nessa primeira abordagem, o apoio das bibliotecárias da Biblioteca Parque Estadual foi necessário e fundamental, mas para a aplicação do questionário definitivo e de um pré-teste com a finalidade da validação do formulário de entrevista visando que o instrumento de coleta de dados tivesse eficácia para cumprir com sua finalidade. O pré-teste serviu para o ajuste do formulário caso fosse necessário.

O tipo de pesquisa utilizado foi pesquisa de campo com as seguintes etapas: revisão de literatura, elaboração e aplicação de formulário de entrevista, coleta de dados, análise dos dados e apresentação de resultados.

Quanto aos procedimentos técnicos, segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica foi feita baseada em material bibliográfico composto de livros, teses, dissertações e artigos publicados em revistas científicas. As informações foram solicitadas diretamente aos usuários que fizeram parte do grupo como amostra. Depois dos dados devidamente coletados foi feita

uma análise quantitativa expressa em forma de tabelas e gráficos de distribuição de frequências. Para Fachin (2001, p. 46), procedimentos estatísticos são necessários para a elaboração de pesquisas quantitativas, pois relaciona população e universo.

3 A BIBLIOTECA PARQUE ESTADUAL

A Biblioteca Parque Estadual (BPE) é a matriz da Rede de Bibliotecas Parque que o Governo do Estado do Rio de Janeiro está implantando da qual também fazem parte a Biblioteca Parque de Manguinhos, a Biblioteca Pública de Niterói e a Biblioteca Parque da Rocinha. Essa iniciativa é uma realização da Secretaria de Estado de Cultura com o gerenciamento da Organização Social Instituto de Desenvolvimento e Gestão.

Foi inaugurada em dezembro de 1874, no anexo do Arquivo da Câmara Municipal como Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro, posteriormente localizou-se na Praça da República e em 1943 mudou-se para a Avenida Presidente Vargas 1261 no Centro do Rio de Janeiro, onde permanece até hoje.

Passou por uma reformulação arquitetônica, modernização do acervo e de serviços sendo reinaugurada em março de 2014. Nessa nova fase o público estimado está em torno de um milhão e meio de pessoas por ano havendo capacidade para o atendimento de aproximadamente cinco mil pessoas por dia

Conforme disposto no site da BPE, ela oferece ao usuário mais de 90 mil livros de ficção e não ficção, livros de arte, quadrinhos, biblioteca infantil e cerca de 20 mil filmes entre outros serviços. Essa modernização transformou a biblioteca num ponto de encontro da comunidade, num lugar acessível a todos onde é possível desenvolver experiências artísticas dos mais variados tipos incluindo oficinas, laboratórios, plataformas multimídia etc. Todo o projeto foi pensado, direcionado para a promoção de estímulos à leitura e para a construção de saberes.

Seguindo o conceito de ampliação do acesso à leitura, a BPE oferece livros em diversas plataformas, incluindo Braille, Audi livros e livros digitais para pessoas com deficiência visual, motora ou cognitiva, segundo o *site* da BPE.

4 INCLUSÃO E ASPECTOS HISTÓRICOS

Fala-se muito hoje sobre inclusão, todos tendo acesso não só a escola com ensino de qualidade, mas também tendo acesso aos espaços urbanos com igualdade não apenas levando em conta os aspectos físicos, mas também as mudanças de hábitos. Faz-se necessário trabalhar com a diferença e com a diversidade para que todos ganhem com a construção de uma sociedade mais igualitária. Seguimos então com uma breve incursão histórica para melhor compreensão desse indivíduo deficiente no cenário histórico.

Ao longo da história existiu um grande sentimento de rejeição para com as pessoas deficientes. Na antiguidade o tratamento dado às pessoas com deficiência era baseado em duas condutas antagônicas, extermínio ou proteção. Em muitas culturas a pessoa deficiente podia ser executada por não poder contribuir com a sobrevivência do grupo, mas em contrapartida havia a noção de proteção e sustento principalmente com aqueles sobreviventes mutilados de guerra, pois assim demonstravam aos deuses sua gratidão (HONORA, 2008).

Em algumas culturas, como a hebraica, os deficientes eram impedidos de realizar serviços religiosos, pois se acreditava que a deficiência era decorrente de algum castigo divino.

Na Roma antiga os pais podiam matar seus filhos deficientes como determinava a Lei das Doze Tábuas (*Lex Duodecim Tabularum*, em latim) que foi uma das primeiras leis que ditavam normas de conduta. Em sua quarta tábua há regras quanto ao exercício do pátrio poder e de acordo com ela a vida de crianças com deficiências não tinha valor algum já que não poderiam tornar-se soldados ou mesmo agricultores. (GUGEL, 2012).

Em Esparta a prática era jogar as crianças recém-nascidas que apresentavam alguma deficiência do alto do monte Taigeto (em grego: *Taigētos*) que tem mais de dois mil metros de altitude. (HONORA, 2008).

Os hindus consideravam que a cegueira propiciava à pessoa uma sensibilidade mais acentuada e por isso estimulavam o ingresso dos deficientes visuais em funções religiosas; já os atenienses aceitavam que os deficientes trabalhassem em alguma atividade que pudessem realizar, também criaram um sistema para proteger essas pessoas em que todos podiam contribuir. (HONORA, 2008).

No Egito antigo, achados arqueológicos como afrescos, papiros, túmulos e múmias nos fazem acreditar que há mais de cinco mil anos a pessoa com deficiência integrava-se socialmente nas diversas hierarquias que constituíam essa sociedade: faraó, nobres, altos funcionários, artesãos, agricultores, escravos. Estudos acadêmicos revelam que as pessoas

com nanismo, por exemplo, exerciam funções como dançarinos e músicos. Papiros com ensinamentos morais no Antigo Egito revelam que havia preocupação de se respeitar as pessoas com nanismo ou com outras deficiências. (HONORA, 2008).

No final do Império Romano o Cristianismo que se estabelecia como uma nova doutrina voltada para a prática da caridade e o amor entre as pessoas, combatia a eliminação dos filhos nascidos com deficiência. A partir do Século IV surgiram os primeiros hospitais de caridade que abrigavam indigentes e pessoas com deficiências. (GUGEL, 2012).

Conforme Dorneles (2007) durante a idade média, com o crescimento do Cristianismo, alguns senhores feudais amparavam os deficientes e doentes com a manutenção de casas de assistência. Henrique II da França instituiu em 1547 a assistência social obrigatória para amparar deficientes, através da coleta de tributos.

Como afirma Mazzotta (2001, p.16), o peso cultural da religião afirmando que o homem era a “imagem e semelhança de Deus”, portanto um ser perfeito, colocava as pessoas deficientes à margem da sociedade, pois eles não correspondiam a essa imagem de perfeição tanto mental como física.

Dorneles (2007) também mostra que a influência do Iluminismo francês foi preponderante para a ideia de igualdade de direitos a todos os homens; sendo o deficiente visual também uma parte do contexto social, passou a ter direitos de aprendizado escolar e de cidadão. Valentin Haüy (1745-1822), professor, num primeiro momento se interessou pelo trabalho do Abade de l'Epée que estava tendo bons resultados na educação de surdos, depois volta-se para o deficiente visual percebendo através da observação que ele também teria possibilidade de aprender a ler, o que não havia disponível eram instrumentos e técnicas que tornassem isso possível. Esse período, que vai do final do século XVIII ao início do século XIX, foi um marco para a educação especial, fruto do Renascimento em que havia uma ebulição de ideias no que diz respeito ao estudo do Homem e ao progresso constante que acontecia nas ciências.

O advento da industrialização também criou condições para novas conquistas legislativas que começavam a considerar o cidadão com deficiência, um cidadão com direitos. A essa altura, não apenas o acolhimento em asilos e organizações religiosas e de caridade eram praticados, mas a sociedade começa de forma incipiente a promover a educação das pessoas deficientes e algumas escolas particulares iniciam suas atividades na Europa. (DORNELES, 2007)

Com o Renascimento surgiu uma nova percepção sobre as deficiências por conta da valorização da mão-de-obra, começa o interesse pela educação dos deficientes com a intensão de também os introduzir no mundo do trabalho.

A partir de 1749, vários instrumentos foram inventados para permitir que pessoas deficientes pudessem se locomover e trabalhar, cadeiras de rodas, bengalas, bastões, muletas, órteses, próteses, macas, veículos adaptados, camas, móveis etc. (DORNELES, 2007).

Valentin Haüy (1745-1822) criou o primeiro método de leitura tátil e fundou em Paris em 1784 a primeira escola para deficientes visuais, o Instituto Real de Jovens Cegos, a primeira escola destinada à educação dos cegos e à sua preparação profissional. A pessoa cega com esse sistema podia ler, mas ainda não podia escrever sozinha, somente com a criação do método Braille isso se tornou possível. (JANNUZZI, 2006)

Também de acordo com Jannuzzi (2006) a partir do século XVIII, foram inventadas várias formas de ensinar e ler, através de alfabetos que poderiam ser percebidos pelo tato, como letras gravadas em madeira, fundida em chumbo ou recortadas em papelão. Porém foram desaparecendo com o tempo por serem difíceis de manusear.

Ficou o sistema Moon, inventado em 1845 na Inglaterra por Willian Moon (1818-1894), que manteve o contorno da letra e foi utilizado até 1970.

Louis Braille (1809-1852) nasceu em Coupvray, uma pequena aldeia francesa, esse jovem cego francês, chegou à escola de Valentin Haüy, o Instituto Real dos Jovens Cegos, em 1819, portanto aos dez anos de idade e dez anos depois inventou o Sistema Braille. “Até hoje não foi encontrado outro meio de leitura e escrita mais eficiente e útil para o uso das pessoas cegas” (MAZZOTTA, 1996).

Conforme afirma Gugel (2012), Braille ficou cego por conta de uma infecção nos olhos proveniente de um acidente quando ainda era criança. Quando Braille estava no Instituto dos Jovens Cegos de Paris encontrou 14 livros com caracteres em relevo e que raramente eram utilizados pelos alunos, porque havia grande dificuldade para manuseá-los.

Teve então contato com o sistema de Charles Barbier, oficial da armada francesa, “que inventara um código em 1819, a partir de pontos, a fim de que houvesse comunicação noturna em campo de batalha. Então a partir desse sistema, Braille, em 1824, desenvolveu o sistema que recebeu seu nome”. Apesar de ter sido morador do instituto durante toda sua vida, a sua criação só foi aprovada oficialmente dois anos após a sua morte. (JANNUZZI, 2006).

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência visual teve seu marco em 1854 com a criação do Imperial Instituto de Meninos Cegos e com a mudança de sistema para

República, por volta de 1891 passou a ser chamado de Instituto Benjamin Constant (IBC) sendo a única instituição que cuidava da educação de cegos até 1926. (JANNUZZI, 2006).

Ao longo da história, muitas foram as definições para aquelas pessoas que apresentavam alguma condição de deficiência; inválidos, excepcionais, especiais foram alguns desses termos que eram usados pela sociedade que colaboravam para expressar como essas pessoas eram rotuladas, estigmatizadas e marginalizadas.

5 O DEFICIENTE VISUAL

Elizabet Sá; Izilda de Campos; Myriam Campolina Silva (2007) analisam que vivemos em uma sociedade permeada por imagens, letras, números, uma infinidade de símbolos gráficos que formam o modo humano de se expressar, assim acontece com a linguagem, com a comunicação e tantas outras maneiras de interação humana. Os apelos visuais que se tornam cada vez mais complexos e sofisticados não atingem uma parcela significativa da população, as pessoas deficientes visuais.

Para as autoras, “A cegueira é uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente” (SÁ; CAMPOS, SILVA, 2007).

Podemos observar que essa definição abrange os aspectos do funcionamento do órgão responsável pela visão e sua inter-relação com o sistema neurológico; a cegueira é considerada pelos especialistas como um dos tipos de deficiência visual, aquele que tem um resíduo visual é deficiente visual, porém não é considerado cego. A cegueira pode acontecer desde o nascimento que é a chamada cegueira congênita, ou mais tarde em qualquer momento da vida, quando é denominada de cegueira adventícia, conhecida também como adquirida, que pode ter causa orgânica ou acidental, a cegueira pode também acontecer associada à surdez ou a outra deficiência. (SÁ; CAMPOS, SILVA, 2007).

Segundo Conde (2016) é possível considerar a definição de baixa visão (ambliopia, visão subnormal ou visão residual) como complexa devido à variedade e à intensidade de comprometimentos das funções visuais. Essas funções englobam desde a simples percepção de luz até a redução da acuidade e do campo visual que interferem ou limitam a execução das tarefas do dia a dia.

Em muitos casos, observa-se o nistagmo, movimento rápido, ritmado e involuntário dos olhos, que causa uma redução da acuidade visual e fadiga durante a leitura. É o que se verifica, por exemplo, no albinismo, falta de pigmentação congênita que afeta os olhos e limita a capacidade visual. (CONDE, 2016).

Uma pessoa com baixa visão mostra uma grande oscilação na sua condição visual até mesmo dependendo de como está seu estado emocional, circunstâncias ou mesmo da posição em que se encontra, outro fator muito importante para esse tipo de deficiência são as condições de iluminação tanto a natural quanto a artificial que muitas vezes pode ser excessiva. (CONDE, 2016).

A Fundação Dorina Nowill para Cegos esclarece que a deficiência visual inclui dois grupos de pessoas, aquelas que possuem ausência total de visão e as que têm algum nível de visão residual cuja condição vai desde ter apenas alguma percepção luminosa até a capacidade de determinar formas em curtíssima distância.

O termo deficiência visual não significa necessariamente total impossibilidade para ver, encontramos pessoas com vários graus de visão residual. Conforme explica Conde (2005).

Para a oftalmologia uma pessoa é considerada cega se corresponder aos seguintes critérios: a visão corrigida do melhor dos seus olhos é de 20/200 ou menos, isto é, se ela pode ver a 20 pés (6 metros) o que uma pessoa de visão normal pode ver a 200 pés (60 metros), ou se o diâmetro mais largo do seu campo visual subentende um arco não maior de 20 graus, ainda que sua acuidade visual nesse estreito campo possa ser superior a 20/200; esse campo visual restrito é muitas vezes chamado "visão em túnel" ou visão "em ponta de alfinete", e a essas definições chamam alguns "cegueira legal" ou "cegueira econômica". (CONDE, 2005)

Na conceituação de Sonza et al (2013), deficiência visual “[...] pode ser atribuído a uma situação irreversível de diminuição da resposta visual, em virtude de causas congênitas ou hereditárias, mesmo após tratamento clínico e/ou cirúrgico e uso de óculos convencionais”. Para os autores essas barreiras para enxergar não são vencidas com o uso de aparelhos.

A classificação da deficiência visual para a Organização Mundial da Saúde (OMS) é apresentada em quatro níveis, sendo eles: sem comprometimento visual; comprometimento visual moderado; comprometimento visual severo e a cegueira. Essa classificação depende da variação da acuidade visual no melhor olho e já com a correção óptica.

A Secretaria nacional de promoção dos direitos da pessoa com deficiência (SNPD) através da Coordenação geral do sistema de informações sobre a pessoa com deficiência, elaborou a Cartilha do Censo 2010 Pessoas com Deficiência; essa publicação de 2012 contém alguns dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE.

No censo demográfico de 2010, esses dados apuraram os diferentes tipos de deficiência e as características das pessoas que compõem esse segmento da população.

Segundo o censo, quase 24% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, a visual apresentou a maior ocorrência, afetando 18,6% da população, em segundo lugar aparece a deficiência motora, atingindo 7% da população seguida da deficiência auditiva em 5,1% e a deficiência mental ou intelectual apresentou um índice de 1,4%.

Detalhando um pouco mais a incidência de deficiência visual por faixa etária se apresenta do seguinte modo: no grupo de 0 a 14 anos o índice de deficiência visual foi de 5,3%; no grupo de 15 a 64 anos a deficiência visual foi de 20,1% e no grupo daqueles que estão acima de 6 anos a deficiência visual foi de 49,9%.

O contingente populacional que tem pelo menos uma das deficiências investigadas pelo Censo de 2010 mostra que a prevalência da deficiência visual é bastante alta na população e está presente em todas as idades.

O censo mostra um forte aumento nos grupos de 5 a 9 anos e de 40 a 44 anos sendo que na faixa de 40 a 59 anos, ocorreu o maior número de pessoas com deficiência, cerca de 17,4 milhões de pessoas, dos quais 7,5 milhões eram homens e 9,9 milhões eram mulheres.

Uma das tabelas do Censo 2010 mostra que no Brasil temos 35.606.169 de deficientes visuais com mais de 5 anos de idade, e destes, 29.608.907 são alfabetizados.

Historicamente, há no Brasil diferenças marcantes entre as regiões do país. Este padrão ocorre também quanto aos resultados obtidos através do censo no que diz respeito a situação das pessoas com deficiência incluindo o deficiente visual.

Temos no Brasil duas instituições que se destacam no trabalho para a inclusão social das pessoas com deficiência visual, Fundação Dorina Nowill para Cegos, em São Paulo e o IBC no Rio de Janeiro.

A Fundação Dorina produz e distribui gratuitamente livros Braille, falados e digitais para mais de duas mil organizações de todo o Brasil e também distribui de forma direta para as pessoas com deficiência. A Fundação promove programas nas áreas de educação, reabilitação e empregabilidade. (CONDE, 2016).

O IBC foi criado por D. Pedro II em 1854, com o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos, desde então vem educando e profissionalizando as pessoas cegas.

Para homenagear um de seus primeiros diretores o instituto recebeu o nome de Instituto Benjamin Constant (IBC), em 1891. Atualmente é referência nacional na capacitação de profissionais da área da deficiência visual, presta serviço de assessoria para escolas e instituições, faz atendimentos na área oftalmológica, produz material especializado e publicações científicas. (CONDE, 2016).

Esse contexto espelha outras abordagens sobre o deficiente visual, tanto em nível internacional quanto nacional. O que veremos a seguir.

5.1 Inclusão e acordos internacionais

A Declaração Universal dos Direitos Humanos pode ser considerada como o marco que norteou os acordos sobre os direitos da pessoa com deficiência, proclamada em dezembro de 1948, estabelece em seu Art. II que:

Art. II. Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição [...]

Há uma tendência mundial que possivelmente começou em paralelo com os movimentos iniciados a partir das décadas de 1960 e 1970 em favor dos direitos humanos e com ideias contrárias ao segregacionismo, o que vem gradativamente influenciando os Governos e até mesmo às iniciativas privadas a olhar com mais apreço em favor da inclusão social em seus vários aspectos.

Na cidade espanhola de Salamanca foi realizada em junho de 1994 a Conferência Mundial sobre as necessidades, acesso e a qualidade da educação especial. Seu principal fundamento é que todas as crianças em qualquer condição física, linguística, emocional, intelectual, social etc., devem ser acolhidas nas escolas.

A inclusão daqueles que têm necessidades especiais dentro do sistema regular de ensino é a questão central, sobre a qual a Declaração de Salamanca discorre. Ela apresenta um novo olhar para educação especial dispondo de orientações para ações nos níveis nacional, regional e internacional.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e promulgada em 2006, é o documento que reconhece o valor de cada indivíduo, independente de sua funcionalidade e apresenta linhas de ação que permitem que os países alcancem o objetivo de que todas as pessoas possam atingir seu potencial.

A Declaração Mundial de Educação para Todos, Jomtien, Tailândia/90, também propõe a criação de um sistema educacional inclusivo.

5.2 Inclusão para legislação brasileira

O Governo Federal através da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) elaborou uma cartilha sobre o Censo de 2010 referente às pessoas com deficiência que foi publicada em 2012 para esclarecer diversos pontos sobre a realidade brasileira dos deficientes visuais.

A deficiência é um tema de direitos humanos e a Constituição Federal Brasileira reconhece tais direitos, estabelecidos pelo direito internacional como direitos constitucionais tanto individuais como coletivos entendendo que há a obrigação de realizá-los sem discriminações quaisquer que sejam através do tratamento igual para todos os brasileiros.

A Lei 8.742/93, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), foi elaborada sob a consideração de que a pessoa deficiente representa um ser incapaz para o trabalho e para a vida independente.

Esse conceito precisou ser alterado para adequar a legislação brasileira ao disposto na Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, assinada em Nova York, em 30 de março de 2007, que trouxe então um conceito mais adequado ao mundo contemporâneo, a percepção de que a pessoa com deficiência não é incapaz.

Entender a pessoa deficiente como alguém incapaz para a vida independente era uma ideia carregada com visão preconceituosa e estereotipada do deficiente, vinha totalmente em sentido contrário à evolução social.

Em 2001, a Lei 12.470 reproduziu o conceito de pessoa com deficiência disposto na Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência que estabelece em seu artigo vigésimo que a pessoa com deficiência é aquela que possui impedimento de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, por longo prazo e que esses na interação com diversas barreiras, podem obstruir sua completa participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

É possível vermos que para efeitos legais quanto ao recebimento de benefícios houve um avanço na consideração de que a pessoa com deficiência não é incapaz, salvo situações extremadas, o que ela tem são impedimentos que podem diminuir a sua inserção na coletividade.

Quando são abertas vagas para concurso público ou particular são estabelecidas normas para a realização desse processo seletivo que definem o que é cegueira; normalmente é usado o conceito de cegueira legal. O que vem a ser cegueira legal?

De acordo com o site do Instituto Benjamin Constant (2016), considera-se pessoa cega ou deficiente visual aquela que tem visão menor que 0,1 ou 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, significa que um indivíduo cego teria que ficar a 20 pés (6,1 m) de um objeto para vê-lo, com óculos, com o mesmo grau de clareza que uma pessoa com visão normal poderia ver a 200 pés (61 m).

Também é considerada legalmente cega a pessoa com acuidade visual média, porém que tem um campo visual inferior a 20 graus, esclarecendo que o campo visual é a amplitude e a abrangência do ângulo da visão em que os objetos são focalizados, para o ser humano o campo visual normal é de 180 graus. Essas são as definições comumente chamadas de cegueira legal ou cegueira econômica

A terminologia atual usada no Brasil está em concordância com os principais tratados que vinculam a questão da pessoa com deficiência aos direitos humanos. Na Constituição de 1988, o Estado brasileiro passou a ratificar os principais tratados de proteção dos direitos humanos.

A existência dos acordos e legislações, internacionais e brasileiros, aponta para que consideremos a educação inclusiva dos deficientes visuais como uma realidade ainda insipiente porém em evolução.

Podemos citar como bases legais os seguintes documentos oficiais:

Constituição Federal/1988, que prevê em seu Artigo 208 o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência.

Constituição Estadual/1989, que garante no Artigo 305 educação especializada e ensino profissionalizante às pessoas com deficiência.

Lei nº 8.069/90, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente que mostra ser dever do Estado assegurar atendimento especializado às pessoas com deficiência.

Lei nº 9.394/96, que no capítulo V dispõe sobre educação especial assegurando que os sistemas de ensino promoverão recursos educativos e organização específica, para atender aos alunos com deficiência.

As disposições dessa lei não apenas contempla o alunato, mas também prevê a formação dos professores para capacitá-los adequadamente.

Resolução nº2, do Conselho Nacional de Educação/CNE/CEB/2001 em seu artigo I, institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos com qualquer tipo de deficiência na educação básica; também confirma a obrigatoriedade da matrícula de todos os alunos e determina que escolas devem atender a diversidade do alunato.

Segundo Valdelúcia da Costa (2003) apenas leis não serão suficientes para a realização de um projeto educacional democrático inclusivo, o principal e mais importante é que a sociedade como um todo possa tomar consciência através de uma reflexão crítica.

Observa-se que a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelece em seu artigo 42 que não se pode negar a oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, nem mesmo alegando que é para proteger os direitos de propriedade intelectual.

De acordo com o site da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 4402/16 está em análise para ser aditado ao Estatuto da Pessoa com Deficiência com a proposta de estabelecer a validade mínima de cinco anos para os laudos médicos apresentados pelas pessoas com deficiência, quando participam de concursos e processos seletivos.

Isso facilitará quando as pessoas com deficiência forem buscar alguma colocação no mercado de trabalho, pois não há motivo de exigência de laudos com prazos curtos quando as deficiências são de natureza permanente.

5.3 O deficiente visual e disponibilização da informação

Em seu artigo, Torres e Mazzoni (2004) afirmam que usabilidade e acessibilidade são dois critérios de qualidade. A usabilidade pode ser compreendida como sendo o grau de facilidade para o uso.

A Organização Internacional para Padronização (ISO) define usabilidade relacionando com eficiência e satisfação, pois os usuários podem ficar ou não satisfeitos quando buscam produtos ou serviços.

Portanto se faz necessário entender que acessibilidade leva em conta a diversidade de usuários com as suas peculiaridades, para que seja possível a sua inclusão social e informacional.

“Acessibilidade é caracterizada pela condição, da pessoa com deficiência, em utilizar meios de comunicação, transporte e qualquer ambiente urbano com segurança e autonomia” (BRASIL, 2004, p.1).

O acesso à informação está vinculado às tecnologias que estão colocadas a disposição de todos nós. Atualmente com a disponibilização da internet gratuitamente o deficiente visual através de *software* específicos também pode acessar os serviços que estão disponíveis na *web*. A partir dos anos de 1990 com o avanço das Tecnologias Assistivas (TA) os deficientes

visuais puderam ter mais acesso a informação, aos estudos, ao trabalho e ao lazer. O que vem a ser Tecnologia Assistiva (TA)?

Em sua dissertação, Vigentim (2014, p. 21-22) diz que:

De acordo com o Comitê Nacional de Ajudas Técnicas² (BRASIL, 2007a) TA é definida como um ramo do conhecimento de natureza trans e multidisciplinar, que abrange a pesquisa e a conceituação de produtos, serviços e métodos, que se direcionam para pessoas com limitações, permanente ou momentânea, na busca pela ruptura de barreiras gerais e com o objetivo de garantir uma vida plena em sociedade, com dignidade humana.

A Tecnologia Assistiva (TA) consiste em uma maneira de proporcionar a acessibilidade às pessoas com deficiência e engloba “produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços [que pretendem dar total] autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social” (BRASIL, 2009, p. 13).

Podemos listar alguns exemplos de *software* de alta e de baixa tecnologia que constituem parte do que chamamos de tecnologia assistiva, segundo Teófilo Galvão Filho (2010):

- a) Ampliadores de Tela - São *software* que ampliam o que está na tela do computador para facilitar a visualização de elementos gráficos e textuais.
- b) Dosvox - É um Sistema que segundo Adriana Santos e Carmen da Silva (2014) não deve ser considerado apenas um programa leitor de tela, mas um conjunto de programas e interfaces adaptativas que permite ao usuário explorar outros aplicativos instalados no computador. O Dosvox se comunica com o usuário através de síntese de voz, foi produzido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e sua distribuição é gratuita;
- c) Impressoras Braille - Imprimem em papel em Braille, textos, equações, gráficos, partituras, etc. Já existem impressoras com o sistema interpontos, que podem imprimir nos dois lados do papel; outras são capazes de imprimir em Braille e tinta simultaneamente.
- d) Jaws - É um sintetizador de voz integrado ao *software* que passa as informações exibidas no monitor para o usuário, roda no Windows, é norte americano.
- e) Letra - Esse programa reconhece os fonemas escritos e transforma o texto digitalizado em som, foi produzido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e roda no Linux;

- f) Lupas eletrônicas - Ampliam materiais impressos, com funções como variação de contraste, alteração das cores de fundo e das letras.
- g) Magic - Próprio para usuários com baixa visão. Pode ser ajustado de acordo com as necessidades do usuário e aumenta de 2 a 16 vezes a imagem.
- h) Openbook - é um OCR (Optical Character Recognition), uma tecnologia para reconhecimento óptico de caracteres que converte o texto escaneado em texto eletrônico para ser lido pelo sintetizador de voz ou convertido em MP3. As pessoas com baixa visão podem escolher entre visualizar por ampliação, espaçamento especial entre caracteres e ajuste de cores de alto contraste.
- i) Pisos podotáteis - Possuem dois tipos de relevo: o de alerta tem bolas em relevo que servem para indicar degraus e outras barreiras arquitetônicas já o direcional é formado com traços paralelos para indicar o caminho que deve ser seguido.
- j) Reglete e Punção - A reglete é formada da junção de duas pautas, uma com pontos em baixo relevo e a outra com pequenos retângulos chamados celas. O punção é um estilete, com uma ponta para marcar o papel. Esses foram os primeiros instrumentos para se escrever em Braille.
- k) Sinal - Sistema Interativo de Navegação no Linux , é uma versão do Dosvox.
- l) Teclados alternativos - são dispositivos físicos ou *software* com alternativas para as teclas, simulando o teclado comum que já possui um relevo nas teclas "f" e "j" justamente para sinalização. Logo, não são vantagem os teclados em Braille.
- m) Virtual Vision - Sintetizador de voz que lê para o usuário todo o conteúdo da tela, inclusive planilhas, tabelas e sites na Internet, funciona no Windows. Há ainda outros leitores de tela com sintetizador de voz como: NVDA que roda no Windows também; Orca que funciona no Linux; VoiceOver para OSX e iOS e talkback para Android.

As tecnologias de informações e a digitalização da informação são as maiores conquistas dos deficientes visuais, pois permitem cada vez mais que eles tenham maior acesso a informação; esses recursos possibilitam às pessoas com deficiência aumentar sua autonomia, dando a elas chance para realizar diversas atividades.

Ainda sobre o direito de acesso das pessoas com deficiência visual, Teófilo Galvão Filho (2010, p. 14) reflete em seu artigo que:

[...] o acesso dessas pessoas a recursos tecnológicos, como o computador e a internet, cada vez mais deve deixar de ser percebido como algo apenas opcional ou secundário. Para a pessoa com deficiência, com frequência trata-se de um direito fundamental que possibilita o exercício pleno da cidadania e

o acesso a outros direitos básicos como aprender, comunicar-se, trabalhar, divertir-se, etc. Assim como já existem políticas públicas de concessão gratuita de próteses, por exemplo, essas políticas devem ser estendidas a outros recursos de Tecnologia Assistiva.

A acessibilidade deve permear todas as esferas sociais desde a vida prática do dia a dia com suas necessidades de comunicação e informação até o modo de pensar das pessoas, como diz Vigentim (2014, p. 21):

Sabe-se que a acessibilidade deve ser oferecida em seus diferentes níveis, quais sejam o arquitetônico, de comunicação e informação, sistemas operacionais, métodos e metodologias e principalmente atitudinal e social, todos com o objetivo de romper barreiras que limitam a participação, o alcance e a vivência das pessoas com deficiências a edificações e mobiliários, conteúdo e informação, aprendizado e práticas e interação social.

Sob a perspectiva de Vigentim (2014), a seguir, analisa-se a inclusão do usuário da BPE. Isto é, inclusão em termos do que a BPE oferece para ele.

5.4 O deficiente visual como usuário da BPE

Os serviços oferecidos pela Biblioteca Parque Estadual para as pessoas com deficiência visual se concentra no chamado “Espaço Acessibilidade” que fica situado no andar térreo.

Quando esse usuário chega à Biblioteca algum funcionário da segurança já o acompanha até o balcão de atendimento onde ele se identifica e é liberado para entrar com seus pertences não necessitando deixá-los num armário guarda-volumes como os outros usuários fazem.

A partir daí eles podem transitar por todos os ambientes da Biblioteca se guiando pelo piso tátil ou caso queiram um funcionário pode acompanhá-los.

No Espaço Acessibilidade há algumas tecnologias disponíveis como as seguintes:

Uma impressora de relevos Fuse Heater zy, apelidada de estufa, ela é utilizada junto com papel Zytex2 para produzir diagramas tácteis. Com esse papel especial e uma caneta com carbono, é possível produzir um desenho e quando o introduzimos na máquina ela esquentando o papel causando o estufamento da tinta de carbono que faz o desenho ficar em alto relevo; desse modo o usuário pode através do tato perceber o formato.

Uma lupa eletrônica myReader 2600, é um modelo fabricado na Nova Zelândia em que pode ser acoplado um monitor para a visualização. Essa lupa eletrônica não apenas aumenta o texto que se deseja ler, mas captura a imagem e trabalha essa imagem para torná-la de fácil leitura através de mudanças de brilho, contraste etc.

Duas máquinas Sara CE, que são aparelhos de digitalização e leitura de materiais impressos, inclusive em Braille, através de uma câmera. Esse aparelho pode combinar vozes de leitura com recursos de baixa visão. O usuário pode levar seu pendrive para arquivar e ouvir mais tarde em casa com o Dosvox.

Um teclado com caracteres maiores para ajudar as pessoas com baixa visão.

Uma Impressora Emprint SpotDot que imprime em tinta e também em Braille com relevos que podem variar de volume dependendo da necessidade do usuário.

Um dos instrumentos facilitadores para o cego, que a BPE disponibiliza é a prancha de leitura, ela consiste de uma espécie de prancheta acoplada a uma lupa de alto aumento, instalada a um trilho, destinada a pessoas com baixa visão, foi criada por uma empresa incubada no Centro Incubador de Empresas Tecnológicas (Cietec) da Universidade de São Paulo (USP).

Esse instrumento é capaz de ampliar a imagem em cinco vezes e meia e tem um desenho que possibilita conforto ao usuário por conta de sua inclinação a 45 graus reduzindo significativamente o esforço da região cervical e do tronco.

Essa tecnologia, relativamente simples proporciona inclusive que outros grupos como os idosos possam se beneficiar da leitura.

Leitores de tela são programas que percorrem textos e imagens e vão lendo em voz alta tudo o que está na tela, assim como os comandos que o usuário realiza com as teclas alfanuméricas e os comandos digitados.

São software que obtêm respostas do computador através do som, podem ser usados por qualquer pessoa mas beneficia particularmente os deficientes visuais. Esse é mais um recurso que a Biblioteca Parque Estadual tem em seus computadores destinados ao uso da pessoa cega.

Desde que o IBC começou a utilizar o sistema Dosvox, na educação de crianças e jovens deficientes visuais, que este vem se tornando o sistema de acessibilidade mais usado no Brasil.

O Dosvox, que vai além de um sistema leitor de tela, foi desenvolvido na Universidade de Campinas (UNICAMP) e é constituído de um sistema operacional com síntese de fala, com um sintetizador para o português e com conexões para sistemas profissionais de síntese de voz; tem um editor, leitor e impressor/formatador de textos; há também um impressor/formatador para Braille; programas sonoros para acesso à internet, como correio eletrônico; diversos programas de uso geral como, agendas, calculadora, preenchedor de cheques, cronômetro, etc.

Os usuários com deficiência visual podem fazer empréstimos e consultas nos acervos de livros em tinta, Braille, áudio e digital. A Fundação Dorina Nowill oferece gratuitamente o Livro Digital Acessível, (Lida) à BPE; com títulos na área jurídica e um dicionário da Língua Portuguesa.

Esse sistema permite ao usuário uma navegação fácil no texto, buscar palavras, pesquisar, marcar e anotar no texto, ainda oferece a pronúncia correta de palavras, e também a soletração de palavras estrangeiras.

Segundo Coimbra (2003) as lupas, lentes etc. são recursos ópticos de suma importância tanto quanto os recursos não ópticos como jogo de contraste e aproximação do objeto, ambos ajudam a na aprendizagem.

A população com deficiência visual é numerosa, uma parcela considerável da sociedade, que precisa de um posicionamento mais comprometido dos governantes para que

os espaços públicos inclusive as bibliotecas se modernizem atendendo a legislação vigente, o que poderá proporcionar a convivência de todos.

Por intermédio da revisão de literatura, analisam-se questões inerentes aos deficientes visuais, incluindo aquelas relativas ao direito e à disponibilização da informação, como é o caso do acesso de usuários na BPE.

Foi possível elaborar as questões que compõem o formulário de coleta de dados pois a revisão de literatura pode trazer à tona algumas das demandas que o deficiente visual tem em relação ao acesso a informação através da biblioteca pública.

6 ANÁLISE DOS DADOS DO PRÉ-TESTE

Ainda que o pré-teste tenha o objetivo específico de validar o formulário de coleta de dados, foi oportuna uma breve análise do seu conteúdo; foram obtidos os seguintes resultados:

O conceito regular aparece na questão H e na A, esta diz respeito a acessibilidade para a chegada até a biblioteca Parque Estadual.

A questão H, que trata sobre as condições de ruído no ambiente também recebeu o conceito regular. Essa pergunta foi motivada pela noção que perpassa várias instâncias de que as pessoas com deficiência visual têm uma audição mais apurada.

Elizabet Sá; Izilda de Campos; Myriam Campolina Silva (2007) consideram que a necessidade causada pela deficiência ativa continuamente os sentidos, tanto a audição, que foi a motivadora da nossa questão, como os outros sentidos restantes não seria por um efeito compensatório.

As autoras ainda lembram que a capacidade de atribuir significados aos sons mesmo não percebendo visualmente a sua origem é muito difícil e complexa, portanto a audição desempenha um papel extremamente relevante.

Observa-se que as questões B, C e H receberam o conceito bom; a B que trata do transitar pela biblioteca de modo geral; a C que aborda o tempo de espera para se atendido e a questão H sobre o nível de ruído.

Em algumas questões todos os respondentes consideraram excelente o grau de satisfação portanto essas questões obtiveram 100% de aprovação, sendo assim não se fará necessário a sua representação sob forma de gráfico, essas questões são as seguintes: D, que é sobre o grau de satisfação com a habilidade do bibliotecário com a tecnologia especializada; questão E que é sobre o grau de satisfação com as orientações gerais dadas pelos bibliotecários; a questão F: grau de satisfação com a cortesia no atendimento do bibliotecário; a questão G sobre o grau de satisfação com as informações dadas sobre as opções disponíveis para acesso às informações; questão I acerca do grau de satisfação com as tecnologias de acesso à informação e finalmente a questão J sobre o grau de satisfação com a BPE de forma geral.

Foi possível observar que o conceito excelente foi o mais usado pelos respondentes sendo atribuído a todas as questões apontando para um grau de satisfação bastante elevado, o que se confirma ao observarmos o conceito péssimo que não apareceu em nenhuma das questões, do mesmo modo não houve escolha pelo número dois que representa o conceito ruim.

Tabela 1 - Quantidade de respondentes para cada conceito em cada questão

QUESTÕES	CONCEITOS				
	PÉSSIMO (1)	RUIM (2)	REGULAR (3)	BOM (4)	EXCELENTE (5)
A	0	0	1	0	3
B	0	0	0	1	3
C	0	0	0	2	2
D	0	0	0	0	4
E	0	0	0	0	4
F	0	0	0	0	4
G	0	0	0	0	4
H	0	0	1	1	2
I	0	0	0	0	4
J	0	0	0	0	4

Fonte: a autora.

Tabela 2 - Porcentagem de respondentes para cada questão

QUESTÕES	CONCEITOS				
	PÉSSIMO (1)	RUIM (2)	REGULAR (3)	BOM (4)	EXCELENTE (5)
A	0	0	25%	0	75%
B	0	0	0	25%	75%
C	0	0	0	50%	50%
D	0	0	0	0	100%
E	0	0	0	0	100%
F	0	0	0	0	100%
G	0	0	0	0	100%
H	0	0	25%	25%	50%
I	0	0	0	0	100%
J	0	0	0	0	100%

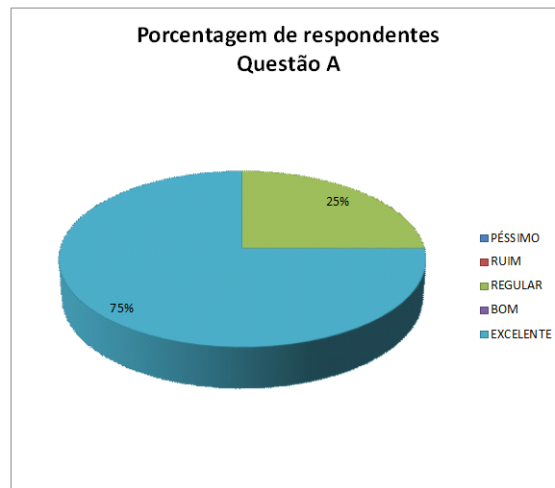
Fonte: a autora.

Tabela 3 - Respostas (conceitos de 1 a 5) de cada usuário.

Respondentes	Questões									
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Usuário 1	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Usuário 2	3	4	5	5	5	5	5	5	5	5
Usuário 3	5	5	4	5	5	5	5	3	5	5
Usuário 4	5	5	4	5	5	5	5	4	5	5

Fonte: a autora.

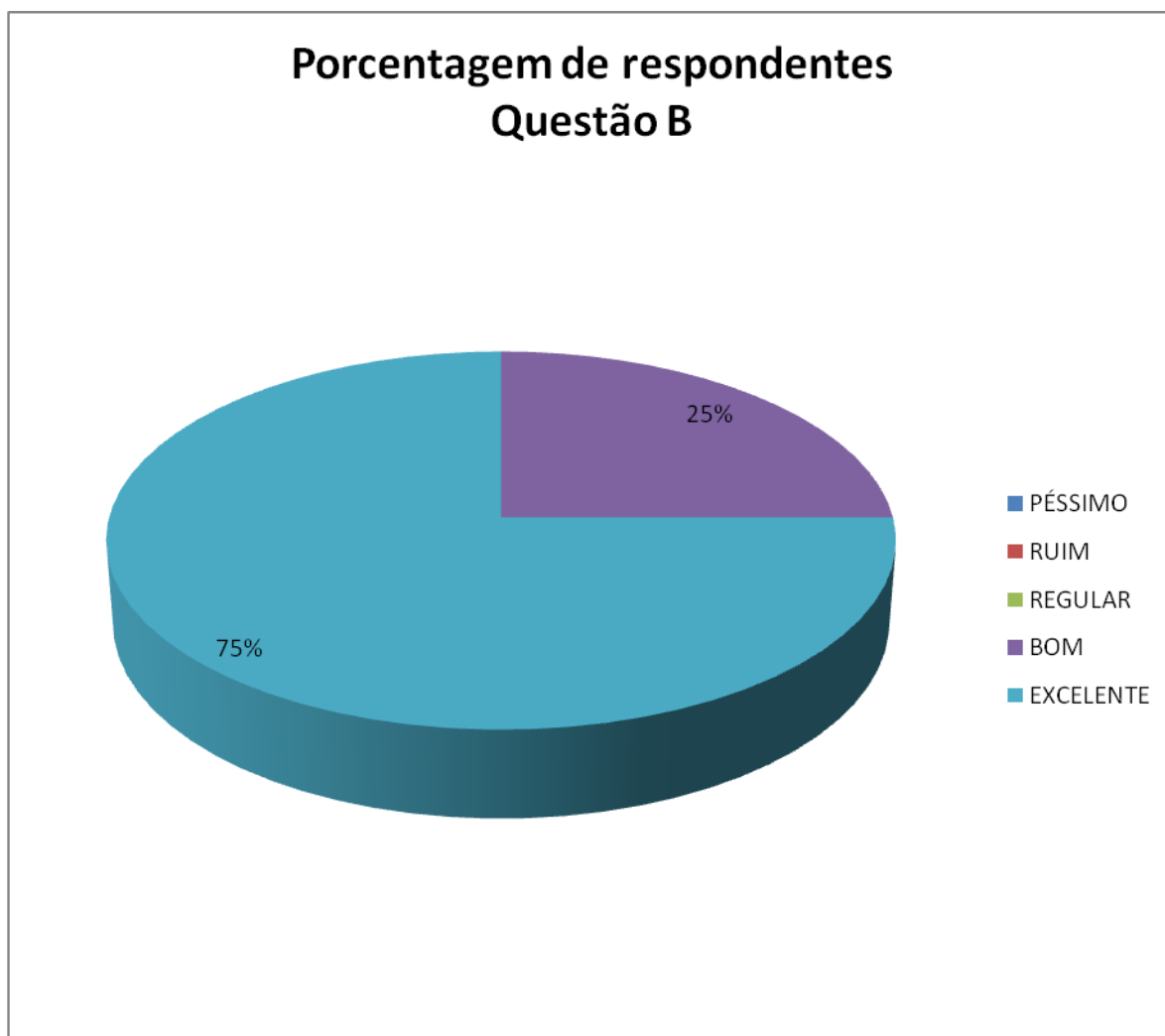
Gráfico 1 - Grau de satisfação com a acessibilidade para chegar até a biblioteca



Fonte: a autora.

75% dos respondentes estão satisfeitos com a acessibilidade para se deslocarem até a BPE e 25% dos respondentes consideram regular a acessibilidade até sua chegada a BPE

Gráfico 2 - Grau de satisfação em transitar pela BPE



Fonte: a autora.

75% dos respondentes estão totalmente satisfeitos com a acessibilidade para transitarem dentro da BPE e os restantes 25% consideram boa.

Gráfico 3 - Grau de satisfação com o tempo de espera para ser atendido



Fonte: a autora.

50% dos respondentes consideram excelente o grau de satisfação no quesito tempo de espera para atendimento e os 50% restantes consideram bom.

Gráfico 4 - Grau de satisfação com o nível de ruído



Fonte: a autora.

50% dos respondentes consideram excelente o nível de satisfação com o quesito ruído no ambiente; 25% dos respondentes consideraram o nível de ruído bom e os 25% restantes tiveram satisfação regular.

Face os resultados obtidos no pré-teste, a pesquisadora considerou que: a) os quatro respondentes entenderam o formulário e suas questões; b) não se verificou nenhuma dúvida quanto ao conteúdo de cada questão, c) o tempo gasto para resposta às questões do formulário foi considerado satisfatório. Portanto, sob tais resultados, foi possível validar o formulário de coleta de dados.

7 ANÁLISE DOS RESULTADOS

No formulário definitivo não foram feitas alterações já que o pré-teste teve boa receptividade e nenhuma demonstração de incômodos ou dúvidas promovidas pelas questões, portanto seguiu do mesmo modo. Após a validação do formulário, a pesquisadora foi ao campo e aplicou o questionário para um grupo de usuários devidamente capacitados.

O formulário definitivo foi aplicado a doze usuários com deficiência visual com o objetivo de avaliar a satisfação dos usuários cegos no uso dos recursos e serviços que a Biblioteca Parque Estadual (BPE) lhes oferece especificamente.

Os critérios foram medidos pela utilização da Escala de Likert em que 1 significa péssimo representando o máximo possível de discordância, 2 significa ruim, 3 regular, 4 bom e 5 significa excelente representando o máximo possível de concordância.

O formulário está apresentado em sua integralidade no apêndice. Segue aqui o conteúdo das suas questões:

- A. Seu grau de satisfação com a acessibilidade para chegar até a biblioteca Parque Estadual (BPE) é: -1-2-3-4-5
- B. Seu grau de satisfação em transitar pela BPE é: -1-2-3-4-5
- C. Seu grau de satisfação com o tempo de espera para ser atendido é: -1-2-3-4-5
- D. Seu grau de satisfação com a habilidade do bibliotecário com a tecnologia especializada para atender o Deficiente Visual (DV) é: -1-2-3-4-5
- E. Seu grau de satisfação com as orientações dadas pelos bibliotecários é: -1-2-3-4-5
- F. Seu grau de satisfação com a cortesia no atendimento do bibliotecário é: -1-2-3-4-5
- G. Seu grau de satisfação com as informações dadas sobre as opções disponíveis para acesso às informações é: -1-2-3-4-5
- H. Seu grau de satisfação com o nível de ruído no ambiente é: -1-2-3-4-5
- I. Seu grau de satisfação com as tecnologias de acesso à informação é: -1-2-3-4-5
- J. Seu grau de satisfação com a BPE de forma geral é: -1-2-3-4-5

Pode parecer fora de contexto a questão A que indaga sobre o grau de satisfação com a acessibilidade para chegar até a biblioteca, porém pensamos nesta como um organismo vivo que interage com o meio social, portanto a dificuldade ou não para se locomover até o espaço da BPE é muito relevante até mesmo para que possamos entender e questionar o quanto a nossa sociedade avançou na questão da acessibilidade e o quanto ainda precisa avançar para chegar em um nível de respeito que os deficientes de modo geral e os deficientes visuais em particular têm direito.

7.1 Resultados do questionário

Com o uso de tabelas e gráficos é possível vislumbrar melhor os dados coletados com o questionário em questão.

Tabela 4 - Quantidade de respondentes para cada conceito em cada questão e Porcentagem de escolha para cada conceito.

QUESTÕES	CONCEITOS				
	PÉSSIMO (1)	RUIM (2)	REGULAR (3)	BOM (4)	EXCELENTE (5)
A	0	1	1	0	10
B	0	0	0	0	12
C	0	0	1	3	08
D	0	0	0	1	11
E	0	0	1	1	10
F	0	0	0	0	12
G	0	0	0	0	12
H	0	1	1	1	09
I	0	0	0	3	09
J	0	0	0	1	11
Porcentagem de escolha	0%	1,66%	3,33%	8,33%	86,66%

Fonte: a autora.

Tabela 5 - Porcentagem de respondentes para cada questão

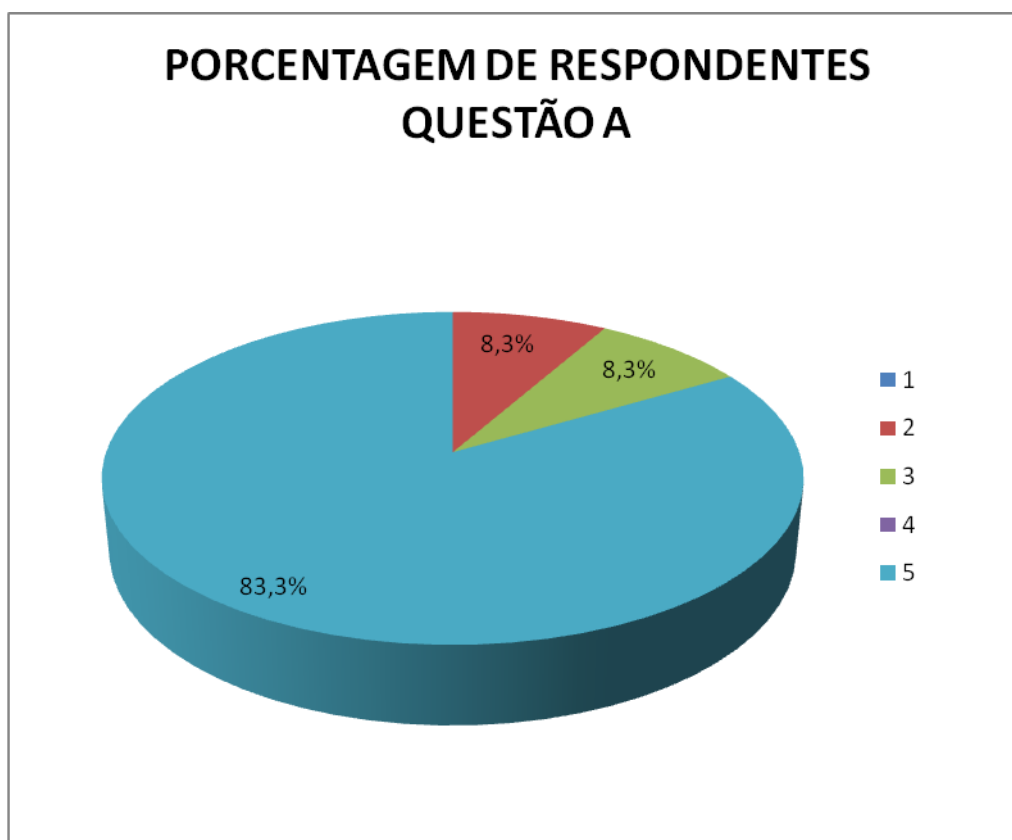
QUESTÕES	CONCEITOS				
	PÉSSIMO (1)	RUIM (2)	REGULAR (3)	BOM (4)	EXCELENTE (5)
A	0	8,3%	8,3%	0	83,3%
B	0	0	0	0	100%
C	0	0	8,3%	25%	66,6%
D	0	0	0	8,3%	91,6%
E	0	0	8,3%	8,3%	83,3%
F	0	0	0	0	100%
G	0	0	0	0	100%
H	0	8,3%	8,3%	8,3%	75%
I	0	0	0	25%	75%
J	0	0	0	8,3%	91,6%

Fonte: a autora.

Tabela 6 - Respostas de cada usuário.

Respondentes	Questões									
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Usuário 1	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Usuário 2	5	5	3	5	5	5	5	5	5	5
Usuário 3	2	5	4	4	5	5	5	2	5	5
Usuário 4	5	5	4	5	5	5	5	4	5	5
Usuário 5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Usuário 6	5	5	5	5	3	5	5	3	4	4
Usuário 7	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Usuário 8	5	5	4	5	5	5	5	5	4	5
Usuário 9	3	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Usuário 10	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Usuário 11	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Usuário 12	5	5	5	5	4	5	5	5	4	5

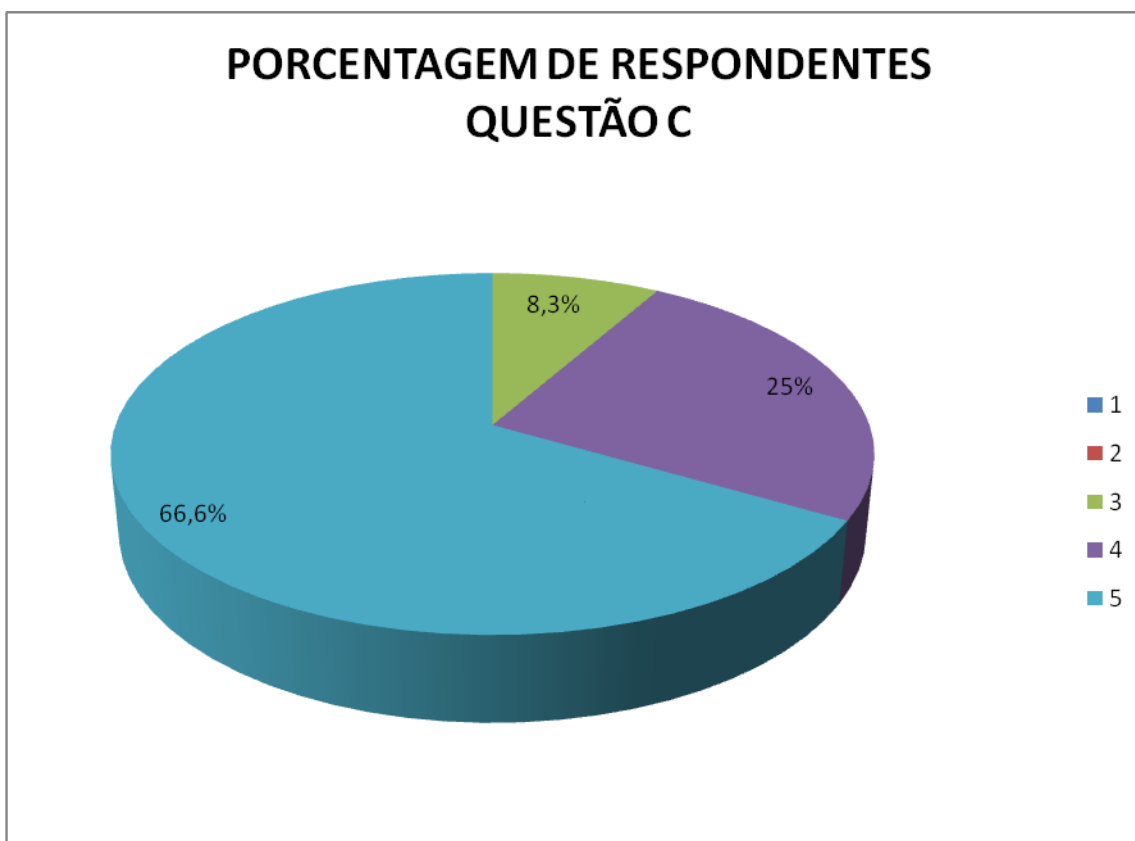
Gráfico 5 - Questão A - Grau de satisfação com a acessibilidade para chegar até a biblioteca



Fonte: a autora.

O gráfico acima demonstra que o grau de satisfação com a acessibilidade encontrada no trajeto até a BPE foi excelente para 83,3% dos respondentes; 8,3% dos respondentes consideraram esse quesito regular e a mesma porcentagem considera ruim.

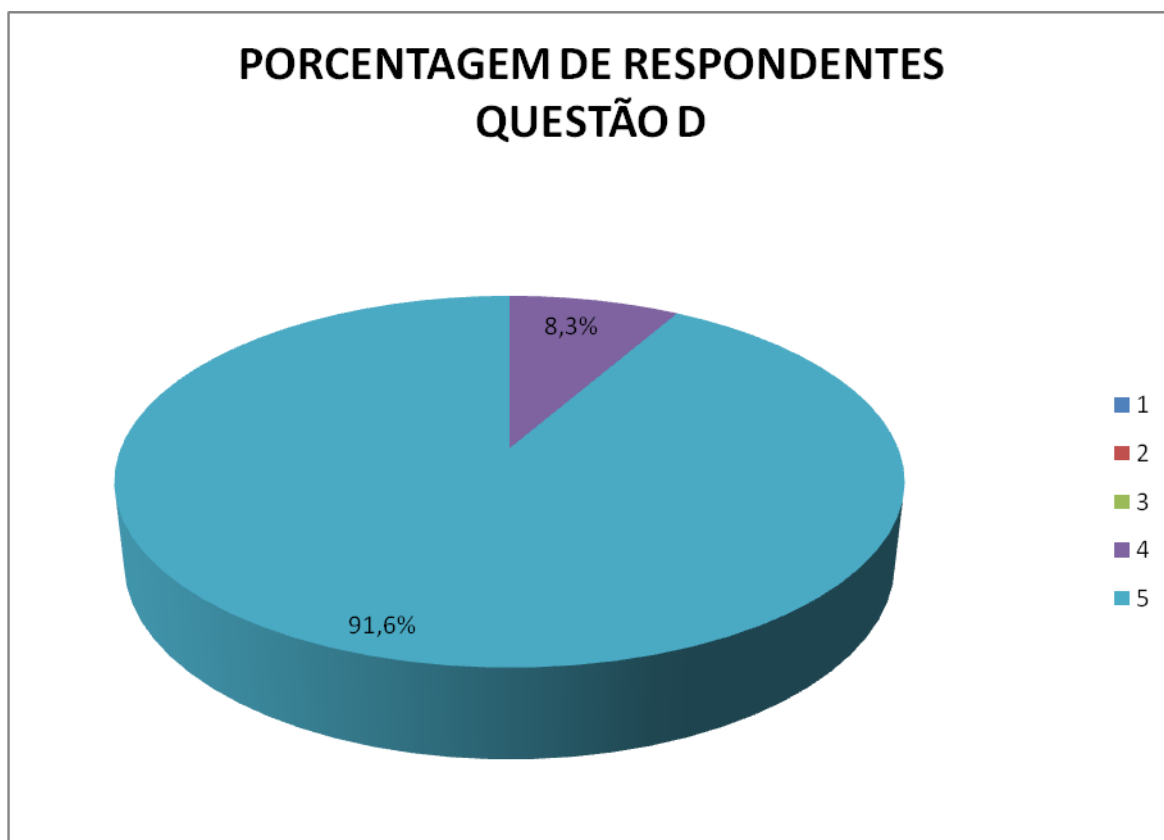
Gráfico 6 - Questão C - Grau de satisfação com o tempo de espera para ser atendido



Fonte: a autora.

O gráfico acima demonstra que houve total satisfação com o tempo de espera para 66,6% dos respondentes; 25% já não ficaram tão satisfeitos assim e consideraram bom. 8,3% dos respondentes consideraram ruim o tempo de espera no atendimento.

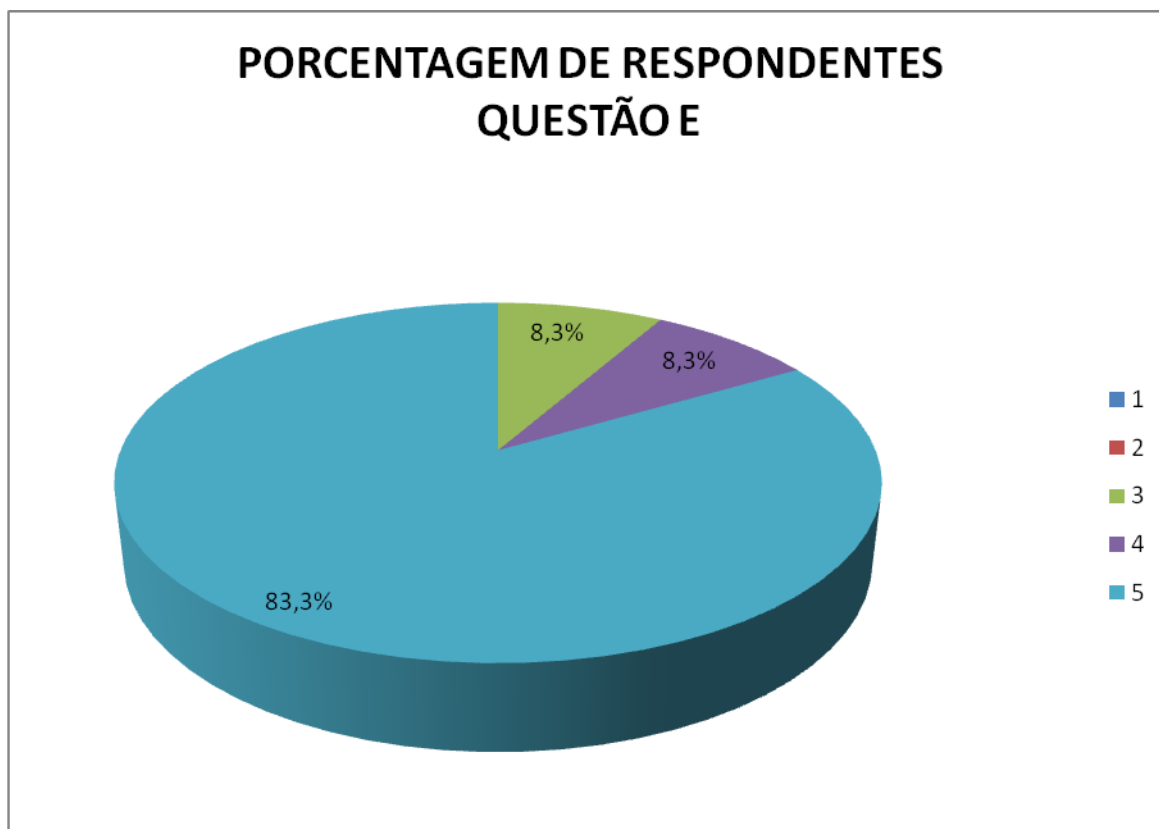
Gráfico 7 - Questão D - Grau de satisfação com a habilidade do bibliotecário com a tecnologia especializada



Fonte: a autora.

91,6% dos respondentes ficaram totalmente satisfeitos com a habilidade do bibliotecário com a tecnologia especializada e 8,3% ficaram menos satisfeitos e indicaram o conceito bom.

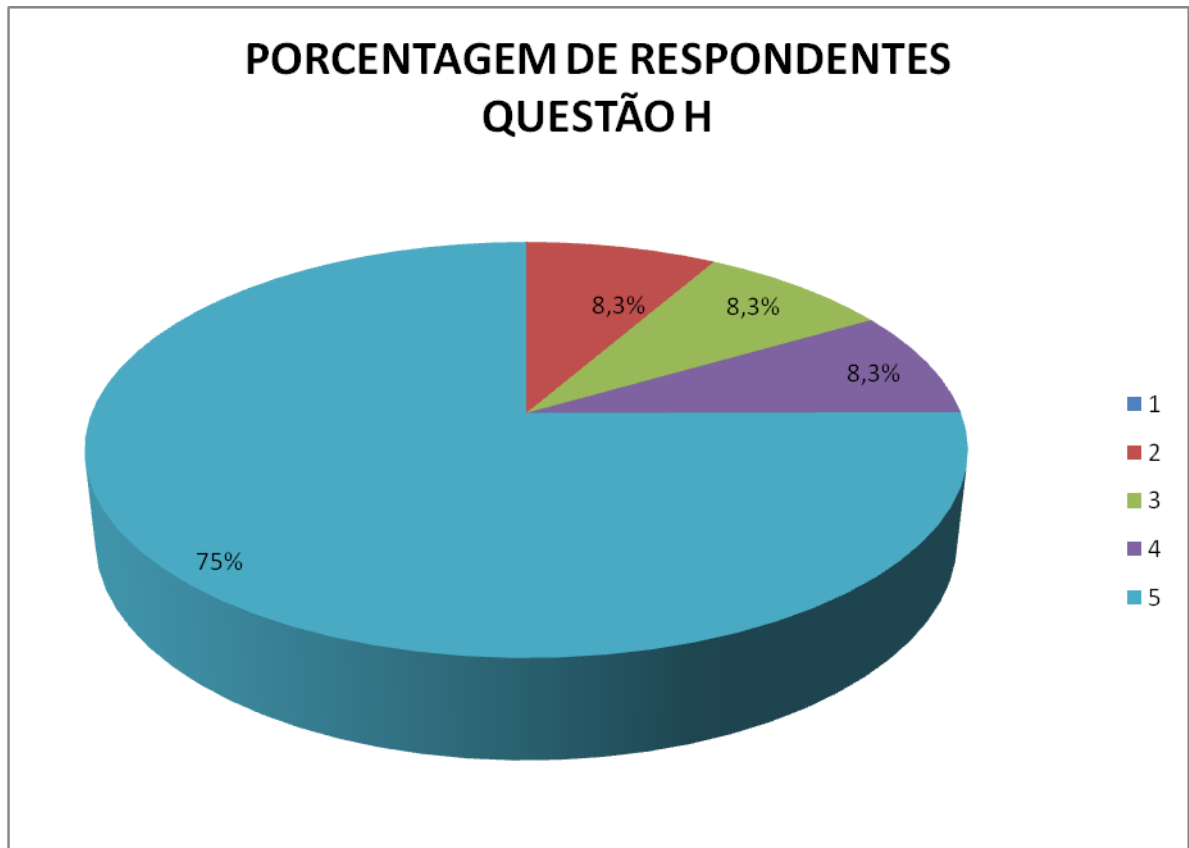
Gráfico 8 - Questão E - Grau de satisfação com as orientações dadas pelos bibliotecários



Fonte: a autora.

Do total de respondentes 83,3% escolheram o conceito excelente; 8,3% escolheram o conceito bom e o restante 8,3% escolheram o regular para a satisfação com as orientações dadas pelos bibliotecários.

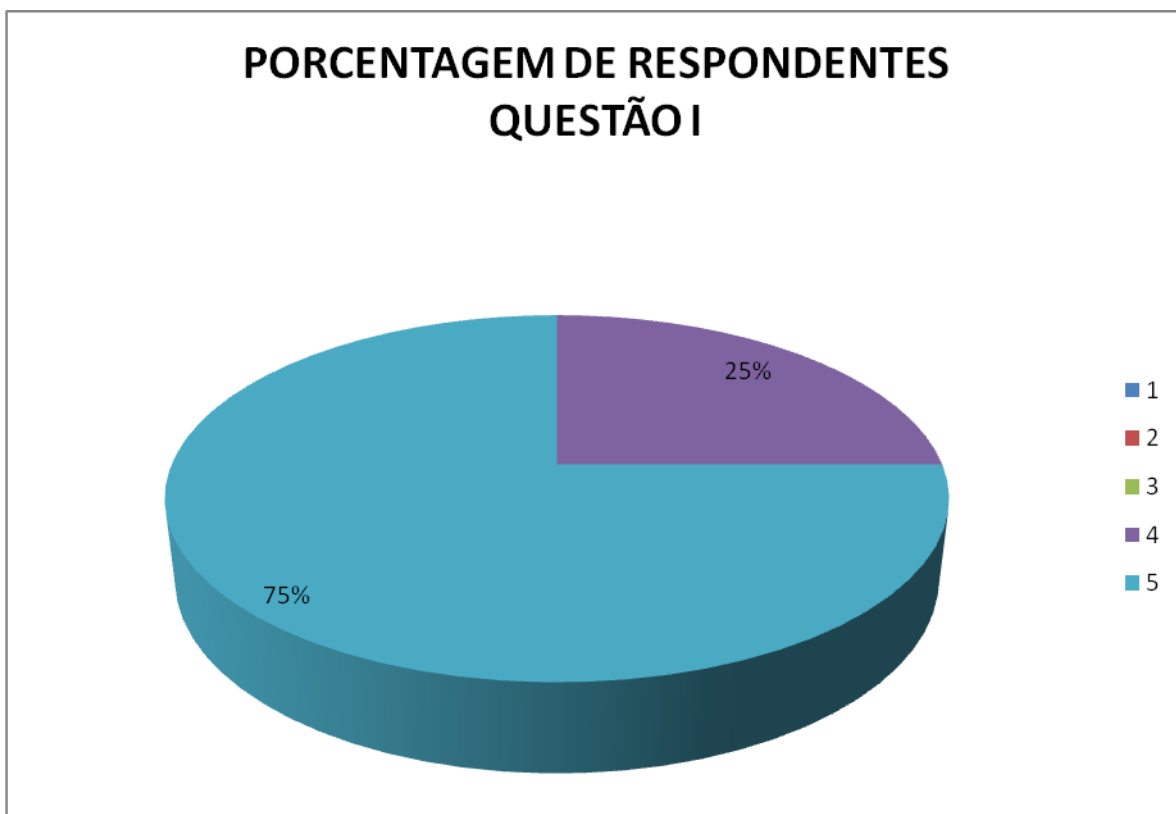
Gráfico 9 - Questão H - Grau de satisfação com o nível de ruído



Fonte: a autora.

Quanto a satisfação com o nível de ruído, 75% dos respondentes ficaram totalmente satisfeitos, 8,3% tiveram um grau de satisfação bom, 8,3% tiveram um grau de satisfação regular e 8,3% tiveram um grau de satisfação ruim.

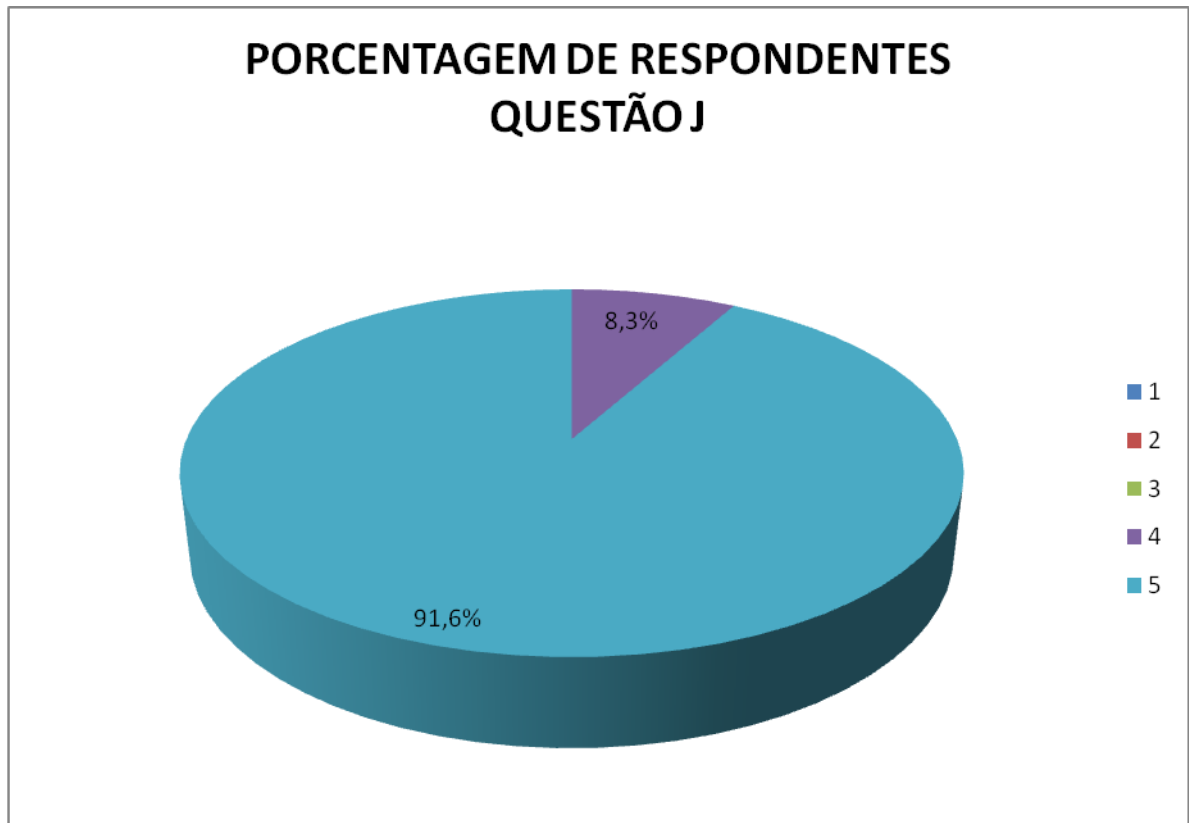
Gráfico 10 - Questão I - Grau de satisfação com as tecnologias de acesso à informação



Fonte: a autora.

O gráfico acima demonstra que 75% dos respondentes estão totalmente satisfeitos com as tecnologias de acesso à informação oferecidas pela BPE e 25% consideram bom o seu nível de satisfação.

Gráfico 11 - Questão J - Grau de satisfação com a BPE de forma geral



Fonte: a autora.

91,6% dos respondentes estão totalmente satisfeitos com a BPE de forma geral e 8,3% consideram sua satisfação boa.

7.2 Discussão dos resultados

Discute-se à luz dos objetivos de pesquisa tais resultados. O conceito excelente foi novamente o mais usado pelos respondentes sendo atribuído a todas as questões porém com porcentagens um pouco diferentes que o pré-teste. O grau de satisfação continuou bastante elevado, o que se confirmou na observação do conceito péssimo que não foi indicado em nenhuma das questões.

Diversamente do pré-teste em que o conceito ruim não apareceu, no questionário ele foi apontado na questão A e na questão H por aproximadamente 8% dos respondentes; aproximadamente 83% dos respondentes têm um grau de satisfação excelente no caminho até a Biblioteca (questão A) e apenas cerca de 17% consideram ruim ou regular.

O tema da questão H que é sobre a satisfação com o nível de ruído no ambiente recebeu 75% de indicações de conceito excelente, contudo os conceitos ruim, regular e bom obtiveram ao todo a indicação de 25% dos respondentes, portanto um quarto das pessoas não está satisfeita com esse item.

A questão sobre o ruído é muito delicada quando o assunto é deficiência visual pois a audição como um sentido em que os cegos depositam uma grande parcela de responsabilidade pelo seu contato com a realidade é de suma importância. Eis aí um ponto em que podemos debruçar nossa atenção e refletir como melhorar para que o nível de satisfação se eleve.

As questões B, F e G obtiveram o conceito excelente por todos os entrevistados, logo não se faz necessário representá-las graficamente já a representatividade foi de 100%; essas questões tratam respectivamente: da satisfação com a acessibilidade em transitar pelas dependências da biblioteca; da satisfação com a cortesia dos funcionários no atendimento, e da satisfação com as explicações dadas sobre as opções disponíveis para que o cego tenha acesso às informações.

A questão G, portanto, tem a intensão de saber se os bibliotecários orientam esses usuários adequadamente lhes informando quais tecnologias assistivas eles podem usar de acordo com a intensidade de sua deficiência, pois como já foi mencionado, a pessoa com baixa visão pode fazer uso, por exemplo, de lupas eletrônicas e ler livros impressos em tinta.

O cego total poderá fazer uso de outros instrumentos como o sistema dosvox que sendo um conjunto de programas adaptativos permite que o usuário explore aplicativos instalados no computador, pois a comunicação com o usuário se dá através de síntese de voz.

O tempo de espera para ser atendido foi contemplado na questão C que recebeu aproximadamente 66% de indicações de conceito excelente, 25% de bom e 8,3% de regular, o

que nos leva a crer que esse é um dos itens a ser melhorado e também nos direciona a vários questionamentos a respeito das motivações para que o tempo de espera não seja considerado satisfatório; seria a quantidade de funcionários que não está correspondendo a demanda? Falta algum tipo de equipamento que possa agilizar esse processo?

As pessoas com deficiência que frequentam a BPE desde a chegada à recepção recebem um tratamento diversificado, pois não precisam deixar suas bolsas guardadas em armários como os demais usuários. Só com esse detalhe já seria suficiente para otimizar o tempo de espera mas pelo que demonstra o resultado dessa questão ainda assim eles consideram que poderiam esperar menos, sugestivo de uma melhor apreciação desse tema.

A questão D analisa qual o grau de satisfação com a habilidade do bibliotecário com a tecnologia especializada, essa pergunta se dá por considerarmos que o bibliotecário pode muito bem saber dizer ao usuário que tipos de tecnologias são oferecidos a ele, porém pode não ter sido bem treinado e não saber utilizar ou mesmo não saber ensinar o deficiente visual a usar corretamente alguns desses instrumentos.

Nesse quesito a satisfação foi de 91,6% para o conceito excelente e de 8,3% para bom, o que denota um alto grau de satisfação.

O grau de satisfação com as tecnologias de acesso à informação foi tema da questão I, como resultado obtivemos o seguinte: 25% dos respondentes escolheram o conceito bom e 75% escolheram excelente, o que é bastante satisfatório porém pode-se levantar a hipótese de que se não fosse pela baixa velocidade da internet isso poderia ter sido diferente com um resultado mais positivo.

Encerramos com a questão J cujo tema é a satisfação com a BPE de forma geral, nessa questão a porcentagem do conceito excelente foi de 91,6%, temos aí um alto índice de aprovação.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho identifica como a biblioteca se encontra estruturada para atender aos usuários deficientes visuais e expõe a percepção desses usuários acerca do serviço de atendimento da biblioteca, informando os pontos positivos e negativos, através disso busca-se contribuir com a melhoria e evolução dos serviços da Biblioteca Parque Estadual.

O questionário em sua questão H aborda a importância que o nível de ruído no ambiente tem para a pessoa com deficiência visual não se sentir incomodada a ponto de ter seu objetivo prejudicado. A partir daí foi possível refletir acerca do posicionamento físico do setor que faz esse atendimento.

A arquitetura do prédio em que a BPE se encontra foi reformada exatamente para atender a uma ideia de convívio entre os diversos públicos, os espaços são abertos, as estantes são baixas permitindo a visualização do espaço como um todo, etc. Há também um estúdio de gravação completo, que pode ser alugado e onde haverá cursos. Do mesmo modo como existe esse espaço poderia também haver um local com tratamento acústico que propiciasse o silêncio necessário para aquelas pessoas com deficiência visual que necessitem desse diferencial.

Devemos dizer que no Espaço Acessibilidade existem duas salas com portas de vidro para servirem a essa necessidade de recolhimento, porém, como elas não tem tratamento acústico para impedir a troca de sons, deixam de cumprir o papel de isolar os ruídos.

A indagação da questão D é sobre as competências necessárias ao bibliotecário que lida diretamente com o público com deficiência visual e também sobre se ele consegue desenvolver a competência em informação do usuário; e esse item do questionário apontou um nível de satisfação muito elevado que nos leva a crer que o trabalho realizado nesse aspecto é excelente.

Nesse contexto, podemos apontar que o grau de satisfação dos usuários com deficiência visual em relação aos recursos da BPE é bastante elevado, pois porcentagens superiores a setenta por cento são encontradas na maioria das respostas ao questionário.

A acessibilidade é uma temática que deve ser cada vez mais debatida para a promoção de avanços nas mais diversas áreas a fim de beneficiar àqueles que possuem barreiras, como as pessoas com deficiência visual, que os impedem de chegar até a informação.

Do mesmo modo que é sabida a necessidade de formação e capacitação para os professores poderia ser vislumbrada uma forma para que os profissionais com formação em biblioteconomia também tivessem recursos específicos para melhor compreensão sobre a

realidade das pessoas com deficiência visual e, por conseguinte poder atendê-los adequadamente.

Afinal de contas essa parcela da população tem necessidades informacionais tanto quanto qualquer outro grupo social.

Considerando acessibilidade como condição para utilização, a biblioteca como edificação e também como dispositivo, sistema, e meio de comunicação e informação, deve atender essa prerrogativa de ter condições para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida pelas pessoas com deficiência visual, que é o nosso viés.

As práticas inclusivas em nossa sociedade, nas mais diversificadas esferas ainda podem ser consideradas práticas tardias, tanto para o reconhecimento e a valorização das diferenças como para o acesso às instituições e espaços.

A análise dos resultados também sugere que há um grande desafio para a biblioteconomia assim como para a educação superior atual, articular a democratização do acesso à informação com a manutenção de garantia de apropriação do conhecimento, com qualidade e igualdade.

Desse modo percebemos que uma biblioteca acessível é fundamental num mundo democrático pois ela vai atender a todos respeitando as singularidades de cada indivíduo. A biblioteca pública acessível e para todos há de se tornar uma realidade.

Há um abismo entre o discurso e a prática, por isso o debate sobre a inclusão social, na educação, nos espaços públicos e na biblioteconomia deve ser estimulado para o crescimento das conquistas para o crescimento e aperfeiçoamento de tecnologias assistivas e maior conscientização para o respeito das diferenças.

Sugere-se, por fim, mais estudos de satisfação de usuários deficientes visuais, ou mesmo, com outras especificidades que podem se valer das técnicas de estudo de usuários, como questionário sob a análise de Likert.

REFERÊNCIAS

ALENTEJO, Eduardo. **Tutorial método lógico para redação científica**. Arquivo eletrônico powerpoint, 2015

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, DF: CORDE, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 2 Jun. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 2 jun. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 3.298/1999**. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 4 maio 2016.

BRASIL. **Decreto nº 6.949/ 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF, 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm> Acesso em: 25 jun. 2016.

BRASIL. **Estatuto da Criança e Adolescente**. Lei nº 8.069/1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 25 jun. 2016.

BRASIL. **Lei 9.394/96**. Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional Capítulo V da Educação Especial. Estabelece as diretrizes e bases da educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf. Acesso em: 5 maio 2016.

BRASIL. **Lei nº 12470/2001**. Conversão da Medida Provisória nº 529, de 2011, altera os arts. 20 e 21 e acrescenta o art. 21-A à Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social, para alterar regras do benefício de prestação continuada da pessoa com deficiência. Brasília, DF, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12470.htm. Acesso em: 20 maio 2016.

BRASIL. **Lei nº 8.742/1993**. Lei Orgânica da Assistência Social, Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm. Acesso em: 20 maio 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB /2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Declaração universal dos direitos humanos**. Brasília, DF, 1948. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016.

BRASIL. **Projeto de lei nº 4402/2016**. Altera a Lei nº 13.146/ 2015, que “Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”. Dispõe sobre a validade

dos laudos médicos exigidos para participação de pessoas com deficiência em concursos públicos e processos seletivos. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1433596&filename=PL+4402/2016> . Acesso em: 25 jun. 2016.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Coordenação Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência. **Cartilha do Censo 2010: pessoas com deficiência**. Brasília: SDR-PR/SNPD, 2012. Disponível em:

<<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016.

COIMBRA, Ivanê Dantas. **A inclusão do portador de deficiência visual na escola regular**. Salvador: Edufba, 2003. 239 p.

CONDE, Antônio João Menescal. **Definindo a cegueira e a visão subnormal**. Disponível em: <<http://www.ibr.gov.br/?itemid=94>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

COSTA, Valdelucia Alves da. Educação Escolar Inclusiva: demanda por uma sociedade democrática. **Centro de educação: cadernos educação especial**, Santa Maria, n. 22, p.1-2, 2003. Semestral. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2003/02/a2.htm>>. Acesso em: 17 maio 2016.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS: **plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia, 1990. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educacao/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos.html>>. Acesso em: 22 maio 2016.

DORNELES, Claunice Maria. **A contribuição das novas tecnologias no processo de ensino e aprendizagem do deficiente visual**. 2002. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/OUTROS/Downloads/cleunice Dorneles.pdf>. Acesso em: 25 maio 2016.

GALVÃO FILHO, Teófilo. Tecnologia Assistiva: Favorecendo Práticas Pedagógicas Inclusivas. **Revista Profissão Mestre**, Curitiba, v. 133, n. 12, p.14-15, 14 out. 2010. Disponível em: <<http://www.galvaofilho.net/mestre.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. 2012. Disponível em: <<http://www.ampid.org.br/v1/?p=357>>. Acesso em 10 mar. 2016.

HONORA, Márcia.; FRIZANCO, Mary L. **Esclarecendo as deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

IBGE. **Censo demográfico 2010: resultados gerais da amostra**. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

IFLA. **Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas**. Organizado por Christie Koontz e Barbara Gubbin; Traduzida por Célia Heitor. Lisboa: Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. Brasília: 2013. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2016.

JANNUZZI, Gilberta S. de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004. 243 p.

MAZZOTA, Marcos J. Silveira. **Educação Especial no Brasil: Histórias e Políticas Públicas**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2001. 208p.

OMS. **Organização mundial da saúde**. Disponível em: <<http://www.paho.org/bra/>>. Acesso em: 14 Junho 2011.

RIO DE JANEIRO (Estado). Constituição (1989). **Constituição Estadual do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constest.nsf/PageConsEst?OpenPage>. Acesso em: 7 maio. 2016.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Cultura. **A Biblioteca Parque Estadual**. Disponível em: <<http://www.bibliotecasparque.rj.gov.br/>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Atendimento educacional especializado em deficiência visual**. Brasília: SEESP / SEED / MEC, 2007.

SÃO PAULO (Estado). **Fundação Dorina Nowill para cegos**. Disponível em: <<http://www.fundacaodorina.org.br/>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Como chamar as pessoas que têm deficiência?** 2005. Disponível em: <<http://www.portal.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-educar/educacao-especial-sala-maria-tereza-mantoan/ARTIGOS/Como-chamar-a-pessoa-que-tem-deficiencia.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2016.

SONZA, A. et al (Org.). **Acessibilidade e tecnologia assistiva: Pensando a Inclusão Sociodigital de PNEs**. Bento Gonçalves: Instituto Federal do Rio Grande do Sul Campus Bento Gonçalves, 2013. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/conteudo_referencia/acessibilidade-tecnologia-assistiva.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

TORRES, Elisabeth Fátima; MAZZONI, Alberto Angel. Conteúdos digitais multimídia: o foco na usabilidade e acessibilidade. **Ci. Inf**, Brasília, v. 2, n. 33, p.152-160, 2004. Maio - ago. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a16v33n2.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2016.

VIGENTIM, Uilian Donizeti. **Tecnologia assistiva: analisando espaços de acessibilidade às pessoas com deficiência visual em universidades públicas**. 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014. Disponível em: <<http://acervodigital.unesp.br/handle/11449/115666>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

APÊNDICE
QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS

ESTUDO DE SATISFAÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE DOS USUÁRIOS DEFICIENTES VISUAIS NA BIBLIOTECA PARQUE ESTADUAL

Prezado respondente,

O presente questionário tem como objetivo avaliar a satisfação dos usuários com deficiência visual na Biblioteca Parque Estadual (BPE). Sob a orientação do Prof. Orientador Eduardo Alentejo da UNIRIO, as informações dadas são sigilosas e destinam-se a fins estritamente acadêmicos. O caráter ético desta pesquisa de fim de curso assegura a preservação da identidade das pessoas participantes. Em poucos minutos você contribui com sua avaliação. Para tanto, escolha somente uma opção na escala que varia de 1 a 5 sendo: 1 péssimo e 5 excelente.

Muito obrigada, Jaqueline Salles Passos

Telefone: (21) 992086586

E mail: jaquelinesalles78@gmail.com

Professor Eduardo: alenteju@gmail.com

Instrução: com base em sua opinião, escolha uma opção na escala que varia de 1 a 5. Sendo 1 significando péssimo, 2 ruim, 3 regular, 4 bom e 5 excelente).

Itens	1 -Péssimo	2	3	4	5 - Excelente
Seu grau de satisfação com a acessibilidade para chegar até a biblioteca Parque Estadual é:	☐	☐	☐	☐	☐
Seu grau de satisfação em transitar pela BPE é:	☐	☐	☐	☐	☐
Seu grau de satisfação com o tempo de espera para ser atendido pelo bibliotecário é:	☐	☐	☐	☐	☐

Seu grau de satisfação
com a habilidade do
bibliotecário com a
tecnologia especializada
para atender o Deficiente
Visual (DV) é:

☐☐☐☐☐

Seu grau de satisfação
com as orientações
fornecidas pelos
bibliotecários é:

☐☐☐☐☐

Seu grau de satisfação
com a cortesia no
atendimento do
bibliotecário é:

☐☐☐☐☐

Seu grau de satisfação
com as informações dadas
sobre as opções
disponíveis para acesso às
informações é:

☐☐☐☐☐

Seu grau de satisfação
com o nível de ruído no
ambiente é:

☐☐☐☐☐

Seu grau de satisfação
com as tecnologias de
acesso à informação é:

☐☐☐☐☐

Seu grau de satisfação
com a BPE de maneira
geral é:

☐☐☐☐☐